

Uma clínica nas fronteiras

Resenha de Estilos da Clínica, revista sobre a infância com problemas, Dossiê: Psicoses e Instituição, nº 1, segundo semestre de 1996, USP Instituto de Psicologia - Lugar de Vida. Pré-escola terapêutica, 175 p.

Pode o analista abordar a loucura permanecendo analista ou deve transformar-se em psiquiatra ou reeducador? Esta indagação, que Maud Mannoni retoma em seu livro *A teoria como ficção*, está presente no cotidiano de todo analista que se dispõe a escutar “os loucos”. Embora haja inúmeros trabalhos teórico-clínicos dedicados à elaboração de parâmetros propriamente psicanalíticos para a “loucura”, trata-se de uma interrogação que precisa permanecer suficientemente aberta. Do contrário, cairíamos no engano de construir uma formalização conceitual que faria a psicanálise pender para o campo da medicina ou da pedagogia.

A revista *Estilos da Clínica* é uma nova publicação que tem como objetivo registrar escritos sobre o tratamento de crianças com problemas de desenvolvimento. Registros de uma clínica que esbarra constantemente nos obstáculos e hiâncias da convivência, nem sempre harmoniosa, da escuta psicanalítica com as abordagens pedagógica, fonoaudiológica, neurológica, psiquiátrica.

Já que a Psicanálise não é uma especialidade, qual seria o seu lugar junto a esses outros discursos e saberes?

Os textos da revista, em seu primeiro número, falam da clínica das psicoses na instituição, a partir do pensamento lacaniano. Cada autor testemunha sua própria prática, seja nos ateliês com crianças ou nos grupos com os pais, na leitura das montagens institucionais ou ainda na explicitação da clínica psicopedagógica. Ora mais clínicos, ora mais teóricos, os textos rastreiam a pesquisa dos efeitos das intervenções nesse campo.

Os artigos de Cristina Kupfer e Alexandre Stevens superam a dicotomia entre instituições e psicanálise, diferenciando e localizando as possibilidades de intersecção destes campos pelas “modificações no enquadre psicanalítico clássico de tratamento” (p. 20). Modificações que se fazem necessárias para o exercício de um saber analítico na clínica com as psicoses.

Cristina Kupfer, citando M. C. Laznick Penot, define o trabalho com crianças psicóticas e autistas como “psicanálise inver-

tida no sentido positivo do termo, pois é uma operação que vai do Real em direção ao Simbólico e que cria as condições da falta para ser...” (p. 24). Transita por algumas posições possíveis da clínica psicanalítica nas instituições e propõe pensar a própria montagem institucional. Tal montagem produziria efeitos de corte, promovendo assim um deslocamento na posição objetal em que a criança psicótica se encontra. Inspirada na experiência de Bonneuil¹ da alternância entre diferentes espaços na “instituição estourada”, a “passagem de um espaço a outro é proposta como uma escansão que pode ou não ter valor de corte, mas que coloca a criança frente a descontinuidade. E se é verdade que a teoria opera como um ‘terceiro’, a referência a ela permite a sustentação da escansão e a instituição estará neste caso colocada no lugar do Outro” (p. 27).

Nessa linha, a proposta terapêutica do Lugar de Vida² estaria assentada em três planos - o eixo educacional, o trabalho nos ateliês e o trabalho com os pais. E no entrecruzamento de três redes de linguagem - os discursos dos pais, o das crianças no conjunto das atividades e o discurso institucional.

Alexandre Stevens adverte que as condições para a cura psicanalítica passam pelo reco-

nhecimento da instituição como “não-toda”. Partindo do princípio de que a cura psicanalítica só se dá fora da instituição, propõe, no entanto, a formalização de uma clínica em “termos psicanalíticos”. No caso das psicoses, isto equivaleria à criação de malhas discursivas para “dizer não ao gozo”, separando a criança do lugar de presentificação do objeto do fantasma materno. O trabalho seria o de tecer diferentes discursos diante de um sujeito que está arrebatado na petrificação significativa sem a mediação da metáfora paterna. Esta malha é tecida na palavra re-historizadora dos pais, no discurso teórico do psicanalista e na própria elaboração delirante do sujeito.

O texto de Lina de Oliveira sobre o trabalho com os pais, introduz uma outra borda que permite discriminar os campos de tratamento. No seu próprio desenrolar ele promove deslocamentos importantes à medida que especifica o trabalho: “não se trata nem de orientação, nem de análise dos pais. Trata-se da escuta dos pais” (p. 41). Partindo da transfêrencia estabelecida por eles com o Outro institucional, com um “Saber Institucional”, maneja-se a demanda dos pais a esse “Saber” com a construção de um “saber específico sobre o sintoma do filho” (p. 44).

Tanto Kupfer como Stevens e também Oliveira, sugerem uma analogia dessa clínica com as entrevistas preliminares da

análise clássica. Embora essa analogia seja traçada com rigor e com muitos cuidados, ela implica uma ambigüidade. Por um lado, a menção de uma certa equivalência permite estabelecer pontos de contato e incluir a clínica das psicoses no campo psicanalítico. Por outro, a busca dessas semelhanças pode banalizar o reconhecimento de que estejamos traçando o sentido e os limites da cura psicanalítica nessa estrutura. E mais ainda, tomar a neurose como modelo colocaria o risco de idealização ou mesmo de universalizar os paradoxos da neurotização e da própria cura na neurose.

Seguem-se na revista textos sobre os trabalhos nos ateliês. Flávia Vasconcelos descreve uma seqüência de cenas em que, na própria narrativa, vão se demarcando significantes que podem fazer ligação com o que, em primeiro plano, se apresentava como estereotípi. Ao introduzir a dimensão temporal para esse sujeito infantil, chama a atenção para os tempos no tratamento com crianças-problema. Há dissonância entre o tempo de estruturação do sujeito e o tempo de desenvolvimento: “são campos de tempos próprios e distintos um do outro: a estruturação tem um tempo lógico, o desenvolvimento um tempo cronológico evolutivo” (p. 50). Retomando os jogos infantis como jogos estruturantes (o *fort-da* e a “brincadeira de cair”) propõe

que a terapêutica vise “criar campo e sustentar brincadeiras na relação transferencial” (p. 53). Busca a criação de sentidos parciais que suportem a construção subjetiva. O texto sugere a possibilidade de inscrição dos “recalques parciais” a partir das construções das cenas nos ateliês.

No relato sobre o ateliê chamado “Contar Histórias” de Cristina Inafuku e Daniela Teperman emerge, mais uma vez, a idéia de marcar intervalos que se articulem com o tempo do “Era uma vez” e com as histórias que “encerram em si uma estrutura com começo, meio e fim” (p. 79). O texto traça assim uma linha que se movimenta pelos pólos, a balança entre o universal e o singular. O universal da cultura através do repertório de histórias “oferece à criança a oportunidade de compartilhar com o grupo algo de sua origem, de sua filiação” (p. 81). O fio entre o singular e o universal é relacionado ao conceito winnicottiano de espaço transicional. Movimentar o espaço

transicional seria produzir efeitos de curiosidades fragmentárias.

A concepção de recalques parciais parece bastante interessante. Tratando-se de recalques secundários, por se remeterem ao esquecimento, como pensá-los parcializados na montagem psicótica? Seria possível traçar correspondência entre recalques parciais e curiosidades fragmentárias?

O trabalho de Gislene Jardim faz uma sistematização teórica da constituição do sujeito a partir de quatro termos: olhar, imagem, palavra e desejo. Afirma a função do analista de crianças autistas e psicóticas como a de um “esforço de incluí-las no próprio discurso analítico” (p. 70) e diz mais: “a responsabilidade pelo bem dizer é do analista; sustentada pela transferência sua palavra tem poder transformador. É pela palavra que o analista faz surgir um sujeito. A partir de uma especial posição especular, o analista com seu olhar e sua palavra, recorta traços para os quais o fantasma de cada um dos pais a impede de olhar, justamente porque os implica inconsciente e subjetivamente nos problemas que a criança apresenta” (p. 75).

Introduzindo o eixo educacional na revista temos uma conversa e dois artigos onde são abordadas as dificuldades de aprendizagem e as relações entre a estrutura cognitiva e o sujeito do desejo. A conversa entre Leandro de Lajonquière e Sara Paim pontua a discussão do que ela chama de “fraturas no aprender” no entrecruzamento de duas lógicas: a cogni-

tiva e a dramática. De um lado, numa perspectiva piagetiana da estrutura da inteligência e, do outro, no que chama de “dramática subjetiva”, discute como essas estruturas se articulam e onde se obstaculizam. Quando fala da paixão pelo saber inclui também os diques que essa paixão implica e a interrogação sobre o que a ignorância quer dizer.

A posição desses três textos vai convergir na idéia de que “o outro da inteligência não é a dita afetividade mas a dramática”... e “é na linguagem que ocorre a conjunção desses dois níveis lógicos” (p. 94).

Maria Luiza da Costa inicia a discussão do conceito de representação em Piaget, suspendendo suas conclusões para percorrer o conceito no âmbito da psicanálise. Transita entre as concepções de percepção, representação e realidade articulando os conceitos lacanianos de significante e metáfora paterna para afirmar que “o aprender, enquanto aquisição de conhecimentos, acompanha esta modalidade. Este percurso é percurso do significante no qual a aprendizagem está inscrita, articulando o desejo do sujeito a um objeto que, por representar o objeto do desejo (recalcado), pode ser resignificado e reconstruído como objeto de conheci-

mento, inscrevendo no simbólico o sujeito do desejo” (p. 139).

Partindo de intervenções clínicas onde diferencia a clínica psicopedagógica da psicanalítica e recorrendo ao instrumental cognitivo e à teoria freudiana, Evelyn Levy destaca a posição do psicopedagogo diante das diversas leituras sobre as dificuldades de aprendizagem. Propõe uma rigorosa interpelação interdisciplinar e insiste que esta postura só se sustenta na admissão do “mal-estar que a ausência de respostas absolutas supõe” (p. 108). A autora trabalha com “mediadores cognoscitivos” como um instrumento de manejo no processo identificatório e no domínio da imagem do outro, como resposta específica da intervenção educativa.

O que me parece fundamental é que esta proposta de trabalho seja concebida como um recorte possível, além de lembrar, a nós psicanalistas, os limites de nossa própria clínica. Instituição não-toda, psicanálise não-toda, pedagogia não-toda; quando se trata da clínica com sujeitos psicóticos, uma posição ética possível não estaria sem-

pre remetendo a uma exterioridade, a uma interrogação feita a cada campo de saber, a cada discurso teórico? Também o chamado “discurso institucional” é passível de ser desmembrado, repartido e parcializado, desde que possamos tomá-lo como um arranjo discursivo da clínica que implique ausências, pontos, hiatos, descontinuidade e diversidade de planos. No campo das psicoses, faz parte da própria estrutura compor discursos totalizantes. Parcializá-los ou tomá-los como “não toda a verdade” é intrínseco à ética de nossa prática. Talvez aí resida um sentido possível para a formalização de uma clínica em termos psicanalíticos para essa estrutura. A insistência na sustentação de registros diferentes da clínica é uma forma de transformar o Saber em saberes possíveis, que fazem pontuação um ao outro. Remeter o ato absoluto do psicótico ao gesto que produz diversas leituras: a psicanalítica, a pedagógica, a história dos pais até a criação da narrativa da criança. A convivência entre planos às vezes dissonantes configura uma clínica de fronteiras, de intersecções onde a heterogeneidade pode traçar fendas e sentidos.

O artigo de Alfredo Jerusalinsky traz um mapeamento da estrutura mínima nas psicoses. O autor retoma o estatuto do objeto, entre Freud e Lacan, passando pela distinção entre fantasma e fantasia, saber e gozo, instinto e pulsão, desmon-

tando a correspondência entre percepto, perceptiense e objeto. Chega aos fenômenos elementares nas psicoses paranóica e esquizofrênica, à relação com o corpo e com a fala. Enquanto na paranóia haveria um “delírio de ser” onde toda palavra remete ao mesmo significado, na esquizofrenia haveria uma aceleração na “perseguição de algum traço que possa unarizar, ou seja, que possa constituir alguma posição singular para interpretar, decifrar a posição destes objetos com os quais tropeça (o sujeito)” (p. 161). Na paranóia a linguagem plena, na esquizofrenia o esvaziamento da linguagem. Nessa direção limita as dimensões de cura e alerta para a necessidade de rastrear os campos de posições possíveis em que podemos ser implicados na transferência. É uma concepção de que na psicose trata-se de sujeitos e, portanto do âmbito do fantasma.

Neste momento em que estamos assistindo ao desmonte dos serviços de saúde mental e à inflação de teorias organicistas que descartam a importância dos laços sociais na constituição subjetiva, é muito

bem vinda uma publicação dedicada à construção e ao registro de uma clínica tecida entre profissionais e crianças.

Por tudo isso, fica o convite para a leitura de *Estilos da Clínica* assim como a aposta na continuidade de pesquisas num campo que nos apresenta constantemente os furos da dita normalidade.

NOTAS

1. Bonneuil - Instituição francesa para o tratamento de crianças psicóticas, autistas e débeis.
2. Lugar de vida - Pré-escola terapêutica para crianças psicóticas e autistas.

Maria Beatriz Costa Carvalho (Tiche) é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso de Psicoses: Concepções Teóricas e Estratégicas Institucionais, do mesmo Departamento.